

ATA N° 5/2025

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

23 DE SETEMBRO DE 2025

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, estando presentes os seguintes membros:

- **Presidente da Mesa:** José Manuel Paulo Trincão Marques (PS);
- **2ª Secretária:** Maria do Rosário Marques Luís (PS);
- **Partido Socialista (PS):** Francisco Fernandes Dinis, Soraia Raquel Penedo Vieira, Maria Beatriz Vieira Bispo, Maria Cristina Mendes Carvalho;
- **Coligação “Afirmar Torres Novas” (PPD/PSD - CDS/PP):** André Gonçalo Ferreira Valentim, Nuno Manuel Duarte da Cruz Caroço, Susana Isabel da Costa Braz, Francisco Valente Sarmento;
- **Movimento P’la Nossa Terra (MPNT):** José Manuel Pereira Santos, António Manuel Lucas Lemos, Ana Mafalda Gigante Baptista, Luzia Marta Tavares Serigado;
- **Bloco de Esquerda (BE):** Rui Augusto Reis Alves Vieira, Diogo Alexandre Fernandes Gomes;
- **CDU-Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV):** Júlio Francisco Ribeiro da Costa;
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** Leonel Seguro dos Santos (Freguesia de Assentis), Manuel José Guerra Couteiro (Freguesia de Meia Via), Paulo Alexandre Ganhão Simões (Freguesia de Pedrógão), António Júlio Pereira Jorge (Freguesia de Riachos), Manuel Jorge Carvalho Júnior (União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel), José Serras Rito (Tesoureiro - União das Freguesias de Olaia e Paço), Carla Margarida Gonçalves Manta Luís Serôdio Santos (Tesoureira - União das Freguesias de Torres Novas - Santa Maria, Salvador e Santiago), Júlio Manuel dos Reis Clérigo (União das Freguesias de Torres Novas – São Pedro, Lapas e Ribeira Branca) e João Carlos Cassis dos Santos (Freguesia de Zibreira).-

Foram apresentadas as devidas justificações de falta e solicitadas as seguintes substituições para esta sessão:

- Maria da Luz Lopes (PS); Armando Rodrigues (PS); Filomena Sacramento (PS); Rita Morte (PS); Cristina Tomé (CDU); Pedro Morte (Presidente da União das Freguesias de Torres Novas - Santa Maria, Salvador e Santiago), Rui Nunes (Presidente da União das Freguesias de Olaia e Paço). -----

Estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores Luis Silva, Joaquim Cabral e João Trindade. -----

Presidente da Mesa: “Faleceu inesperadamente o membro desta Assembleia e Presidente de Junta da Freguesia, Alfredo Antunes, hoje de manhã.

Queria perguntar à Assembleia se alguém se opõe que se introduza já ou como primeiro ponto, falávamos já, antes do período da Ordem do Dia, o voto de pesar, pediram-me para apresentar esse voto de pesar enquanto Presidente da Mesa. Alguém se opõe?

“A mesa da Assembleia Municipal de Torres Novas manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento prematuro de Alfredo Manuel da Costa Antunes, natural de Chancelaria, nascido a 24 de setembro de 1967. Deixou-nos hoje, aos 57 anos de idade, de forma inesperada e chocante.

Hoje, perdemos um dos nossos e perdemos um dos bons.

Alfredo Antunes foi Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria durante doze anos, de dedicação ininterrupta ao cargo ao longo de mais de uma década.

Foi um autarca exemplar, que se distinguiu de forma humilde, íntegra e profundamente humana como exerceu o seu percurso de vida.

Em tempos em que tanto se fala sobre a necessidade de humanizar a política, o Alfredo Antunes foi a personificação desse ideal, um homem de proximidade, de empatia e de compromisso, que fez da política um espaço de serviço às pessoas, em prol do bem comum e da sua terra.

Mas o seu contributo não se esgotou no exercício autárquico, Alfredo Antunes esteve sempre ligado ao movimento associativo local, tendo sido membro fundador do Centro Cultural Recreativo da Pena e Casal da Pena, integrando desde a origem os seus órgãos sociais.

Foi sempre um dirigente ativo, assumindo a presidência da coletividade nos últimos seis anos, onde deixou igualmente a sua marca, dedicação, envolvimento e espírito comunitário.

A sua partida precoce deixa um vazio imenso.

Contudo, fica o lugar de uma obra marcante feita com simplicidade, dedicação e alegria, que se inscreve na história da freguesia de Chancelaria e do concelho de Torres Novas.

O seu lema de campanha, “o Presidente de todos nós”, foi sempre vivido e honrado em cada decisão e em cada gesto e assim continuará a ser lembrado, como o Presidente de todos nós. À família, amigos, à comunidade de Chancelaria e a todos os que com ele privaram, a Assembleia Municipal de Torres Novas endereça as mais sentidas condolências, prestando esta singela, mas profunda homenagem, a um autarca que tanto deu ao concelho e ao seu partido.

Torres Novas perde hoje um autarca de exceção, mas Alfredo Antunes era muito mais do que isso e ficará sempre connosco no coração, na memória e no exemplo.”

Propomos também que esta Assembleia cumpra um minuto de silêncio em sua memória.

Pergunto à Assembleia se há algum voto contra, alguma abstenção? Não há, portanto, está aprovado por unanimidade.”

De imediato, cumpriu-se um minuto de silêncio. -----

Presidente da Mesa: “Como questão prévia, tinha aqui só outra questão, o Bloco de Esquerda enviou em tempo o agendamento de um ponto, que é uma Recomendação de Utilização de Fogo de Artifício Silencioso. Veio dentro do prazo legal, nos termos do Regimento e da Lei e, portanto, vai ser introduzido na Ordem do Dia, passando para o último ponto.” -----

Presidente da Mesa: “Cometi aqui um pequeno lapso há pouco, quando votamos o Voto de Pesar podia e devia ter dado a palavra à Assembleia. Portanto, quem quiser eventualmente ainda pronunciar-se sobre o Alfredo Antunes, podem fazê-lo.”

Foram feitas as seguintes intervenções:

Presidente da Junta de Freguesia de Assentis: “Hoje é a minha última sessão como Presidente de Junta nesta Assembleia Municipal.

Custa-me, de facto, ter de prestar homenagem sentida ao Alfredo Antunes, amigo e companheiro, Presidente da Junta de Freguesia da Chancelaria, hoje falecido.

Foi um autarca dedicado, um homem de compromisso com a sua terra e com as suas gentes, a sua ausência deixa um vazio enorme, mas também um exemplo de serviço público que permanecerá connosco. À sua família e à freguesia de Chancelaria deixo a minha solidariedade e o meu profundo voto de respeito.”

Rui Alves Vieira: “Eu não privei com Alfredo Antunes, mas todos nós temos nas nossas vidas pessoas com quem interagimos de alguma maneira e eu há oito anos que me sento nesta Assembleia e, portanto, partilhei algumas conversas com o Alfredo Antunes. E reconheço nele uma faceta que a todos nós faz falta, era um construtor de comunidade, ele era um homem comunitário que procurava construir tijolo a tijolo a sua comunidade.

E é esta a memória com que fico dele, apesar de não ter privado com ele, os testemunhos são muitos. E, portanto, em meu nome pessoal e também em nome do Bloco de Esquerda, desejo que família e amigos consigam encontrar a força suficiente para, nestes momentos inesperados, onde o futuro nos espreita e que, de repente, terminam.

Desejo que todos encontrem a força necessária para encontrar a paz do momento.”

António Lemos: “Conhecia o Alfredo Antunes, era aquilo que se chama um bom homem e acho que todos nós perdemos um bocadinho com a perda.

Os nossos sentidos pêsames, estou a falar em meu nome pessoal e em nome do Movimento Pela Nossa Terra.”

Júlio Costa: “Muito breve, só deixar as minhas condolências, em nome pessoal e em nome da CDU. Não há muitas palavras que se possam dizer nestes momentos.”

Francisco Dinis: “É difícil descrever o Alfredo Antunes em palavras porque serão sempre insuficientes, seja como Presidente de Junta, seja como pessoa próxima que ele era, dos amigos, dos seus fregueses, mas subscrevendo aquilo que foi dito no voto apresentado pelo Presidente da Assembleia Municipal e apesar do mesmo ser eleito pelo Partido Socialista, acho que devemos distinguir aqui um bocadinho as coisas.

Como Presidente da Assembleia apresentou um voto que foi votado por todas as forças e, portanto, o Partido Socialista não podia deixar de dar aqui uma palavra de reconhecimento pelo trabalho, de reconhecimento pela pessoa que ele era e endereçar as sentidas condolências a todos os familiares e amigos.”

André Valentim: “Obviamente, o grupo do PSD faz das vossas palavras, daqueles todos que estiveram aqui, as nossas palavras e acho que é um momento de agradecimento, independentemente das forças partidárias, de agradecer o empenho do nosso presidente Alfredo, a construção da sua comunidade e da comunidade de Torres Novas. Portanto, sentidas condolências, essencialmente à sua família e aos seus amigos mais próximos.”

Presidente da União das Freguesias de Torres Novas - São Pedro, Lapas e Ribeira

Branca: “O que me traz aqui, realmente, é um motivo de grande tristeza e não estava para falar, mas comecei a pensar “ao fim de doze anos que partilhamos este palco, os dois, hoje estávamos para ter exatamente esta última Assembleia, e é exatamente nesta última Assembleia que ele se despede de nós, de uma forma tão dramática”.

É difícil descrever, porque quando uma pessoa desaparece deste mundo, depois há sempre alguém que vem dizer que era boa pessoa, mas este homem realmente não precisava de falecer para todos dizermos que ele era mesmo boa pessoa. Todos o conhecemos e aqueles que partilharam alguns momentos com ele não poderão deixar de lamentar esta partida.

É, de facto, uma despedida em termos políticos que não devia acontecer.” -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Foram feitas as seguintes intervenções:

António Lemos: “Esta minha comunicação é pessoal e, como tal, subjetiva, não tenho qualquer intenção de atingir seja quem for e se alguém se sentir melindrado, desde já apresento as minhas sinceras desculpas.

Última participação.

Vim para a política autárquica por convite do nosso amigo António Rodrigues, figura incontornável do nosso património torrejanos, com vastas provas dadas, nestes e noutros meios, toda a gente o conhece.

Para se formar em 2021, como se formou, coisa inédita no nosso concelho, um movimento independente, Movimento Pela Nossa Terra, para concorrer aos órgãos autárquicos deste município.

E assim, coisas da vida, fiz durante quatro anos consecutivos de substituto de deputado nesta Assembleia Municipal com algumas participações. Foi uma experiência enriquecedora, a qual agradeço.

Ao finalizar esta minha existência como deputado municipal, gostaria de deixar algumas considerações sobre a minha experiência nesta Assembleia.

Em primeiro lugar, e porque me apercebi que aí reside a verdadeira proximidade do cidadão político estando, pois, na base de todo o sistema autárquico, os Sr.es Presidentes das Juntas de Freguesia e suas equipas.

São eles que têm a maior proximidade com as bases, o povo, são eles que dão a cara todos os dias e são eles que mais estão sujeitos a todas as vicissitudes.

Não há um Presidente de Junta de Freguesia que não tenha pelo menos um livro de histórias na sua vivência autárquica.

No entanto, penso que não são devidamente reconhecidos pelo seu alto valor democrático e a eles expresso aqui o meu apreço e muito obrigado pelo vosso trabalho e dedicação à causa pública.

Em relação aos Sr.es deputados municipais, estes merecem todo o meu respeito pelo esforço e dedicação demonstrado pois, às vezes, não foi fácil em certas Assembleias, onde o mesmo assunto foi discutido e rediscutido, triturado, macerado, etc., até à exaustão e mais além, sem se ter chegado a alteração do que inicialmente foi proposto, a não ser tornar as sessões demasiado longas, entrando pela noite dentro.

No geral, havendo uma maioria absoluta, como foi o caso desta legislatura, de pouco vale a atuação da oposição, como é evidente. No entanto, e mesmo assim, ainda se assistiu a alguns debates interessantes, podendo assim dizer que embora poucos ainda se assistiu a alguns debates políticos.

Salientar ainda que a oposição deve ser construtiva e não andar sistematicamente à procura da falha, para com ela tentar denegrir a ação dos que ganharam democraticamente os cargos que ocupam.

Uma oposição construtiva, contribuindo para uma melhor gestão, a todos beneficiaria e nas eleições seguintes este trabalho certamente seria reconhecido. É uma atitude que nós temos que mudar na nossa política.

Agora, dirijo-me ao Sr. Presidente e vereadores municipais que geralmente acompanham esta Assembleia.

A vós também agradeço, porque isto de estar na política a tempo inteiro, como é o vosso caso, não é fácil, pois deixa de se ter vida própria, nunca se está em casa, não há fim de semana nem feriados, a família passa para segundo lugar.

O esforço baseia-se numa vida de alto *stress*, com as suas implicações na saúde, vida familiar, etc.

Por isso, digo-vos, o vosso papel é dos mais ingratos e também muito pouco valorizado, quanto a mim. Desculpem a minha possível ingenuidade, mas penso que quando alguém é pela primeira vez eleito para um cargo dessa responsabilidade, esse alguém tem sempre a melhor das intenções para fazer um bom trabalho.

Não têm em conta, porque ainda não conhece todos os agentes que intervêm numa gestão autárquica ou pública dos quais a burocracia, procedimentos, concursos, cores políticas, contacto a nível do governo central, gestão de pessoal, etc., que o vai atirar para um pântano de condicionantes governativas que nunca imaginou e que o vai desanimar. E não conseguir concretizar muito das boas intenções que tinha no início e, muito provavelmente, irá destruir por completo as boas intenções do autarca recém-eleito. Isto acontece muito, infelizmente.

Como tal, não é fácil ser presidente de uma autarquia, mas ainda bem que há quem se candidate, pois são um dos pilares da nossa democracia, o chamado Poder Autárquico.

A vós, o muito obrigado pela vossa dedicação, pois nunca pus em causa a vossa intenção de melhor fazer dentro das condicionantes que esse cargo tem.

Falemos agora da Mesa desta Assembleia Municipal, com o Sr. presidente e as suas secretárias. Do que assisti, foram um exemplo de bem gerir uma Assembleia, acatando, se necessário, os comentários positivos, dando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal um exemplo do que é ser democrata, e conseguindo sempre esta Mesa um correto e ordeiro funcionamento da Assembleia.

A vós também o meu obrigado, pelo exemplo e lição de democracia que nos deram.

E foi assim, enfim, que quatro anos passaram muito rapidamente e acerca dos quais posso afirmar que aprendi muito com todos vós, posso dizer que fiquei mais enriquecido, o que vos agradeço.

Tenho uma máxima que imponho a mim próprio e que gostaria que, se pudessem, também a adotassem, que é a seguinte: não deixem nunca que a política vos estrague uma amizade, independentemente das vossas posições políticas é importante, não deixem que a política estrague as vossas amizades e, se assim o conseguirem, podem dizer que estão a fazer uma boa política.

E agora irei para o meu lugar, como deputado municipal, terminar o meu mandato. Obrigado e até à próxima.”

Júlio Costa: “Neste fim de mandato, importa contribuir com uma análise ao Concelho e às condições em que vive a sua população. Que sirvam estas notas para que se faça mais e melhor, para que todos os torresjanos de A a Z, de Assentis à Zibreira, passando por todas as freguesias, vivam melhor na sua terra, o Concelho de Torres Novas. Com o tempo que temos, a seleção tem de ser reduzida.

A gratuitidade dos TUT pecou por tardia, mas foi acolhida com a utilização maciça da população. Resta estender a todas as freguesias a rede de transportes. Chame-se TUT, ou outra coisa, a melhoria da vida das populações não pode estar presa a questões semânticas, ou regulamentos que podem ser alterados, haja para isso vontade política. A resposta do transporte a pedido é como as respostas da Câmara quando confrontada com perguntas difíceis: evasiva, não satisfaz, não atende às necessidades das pessoas.

Encontramos, hoje, um concelho com imensas localidades sem rede de esgotos. O saneamento básico tem de ser uma prioridade. As “casas” não se constroem começando pelo telhado, embora uma visão aérea, de cabeça nas nuvens, fora da realidade, veja apenas os embelezamentos pontuais, os painéis de led e outras novidades fugazes. Há que assentar os pés na terra, escutar as populações, olhar em volta, ver e viver a realidade.

Exige-se que as crianças e jovens tenham refeições de qualidade. As instalações das escolas permitem, tanto que as empresas utilizam-nas para as confeccionar. Podia ser uma forma de dar sinal aos produtores locais, fazendo-os os principais fornecedores. Incentivado a economia local. E se da economia das famílias falarmos, também podemos falar dos vínculos precários das trabalhadoras das cantinas, que ficam dois meses sem trabalhar, para serem outra vez contratadas quando começa o novo ano escolar. Contratos precários, desprovidos de todas as regalias que um contrato permanente permite, também aqui a Câmara podia ter dado um sinal. Fica ao critério dos autarcas vindouros.

Ainda no âmbito escolar, são necessários melhores programas de integração de alunos de outras nacionalidades. Mas também a capacitação dos profissionais para lidar com os desafios que os nossos tempos apresentam. A câmara municipal tem o dever e a capacidade de articular com várias entidades, de planear e promover medidas para que os jovens vivam bem no seio da comunidade escolar. Uma necessidade de articulação que também é necessária à ação social, dotando os serviços de meios para ir ao terreno, para abandonarem a lógica de gabinete.

Há poucos dias, no dia 15 de setembro, celebrou-se o aniversário do Serviço Nacional de Saúde, 46 anos. Certamente, devido aos cortes orçamentais, não tivemos direito a fogo de artifício. Mas também não estávamos à espera, os grandes aparatos nunca são na defesa firme das grandes conquistas deste povo, das grandes causas da humanidade. Tínhamos ficado contentes, e as populações também, se tivéssemos visto os membros do executivo nas ações reivindicativas das populações por acesso a médicos-de-família, que ocorreram ao longo deste mandato, mas nem com isso nos brindaram.

E se de grandes causas falamos. No plano internacional, para o qual o plano local é palco de projeção de vozes e vontades dum mundo melhor, este mandato foi marcado pelo genocídio na Palestina. Várias ações foram realizadas no município de Torres Novas, e foi a pressão popular, em todos os cantos do globo, da qual não se excluem as que foram feitas em Torres Novas, e que a CDU saúda, que levaram ao recente reconhecimento do Estado da Palestina - medida condicionada, que peca por tardia, e que não pode ficar por aqui. O Partido Socialista teve muitas oportunidades de dar sinais de solidariedade, tal como os seus responsáveis, mesmo os locais, mas nada se viu.

Poderíamos abordar muitas outras questões, mas penso que ficamos já com um ramalhete bastante ilustrativo. Sabemos que nada se resolve dum dia para o outro, mas é possível abrir caminhos mais prósperos, definir prioridades, tentarmos responder, a cada passo, às ansiedades e preocupações das populações. Ficam as críticas, que mais não são do que notas para um trabalho futuro mais profícuo.”

André Valentim: “Não poderia deixar este percurso, nestes dois, três anos como deputado da Assembleia, sem voltar a referir dois ou três assuntos que acho que muitos de vós, se calhar, já acham que sou um chato por causa disso, mas acho que é importante referir.

O primeiro, tem a ver com a revisão do PDM, estamos a chegar ao final de um mandato, de vários mandatos desta composição, deste partido e continuamos sem a concretização efetiva do PDM.

Bem sabemos que estamos em discussão pública. Bem sabemos que vai ser difícil, chegando a novembro conseguirmos ter um PDM aprovado, por todas as vicissitudes, mas efetivamente gostaríamos de saber o ponto de situação. Se há algo decidido, se vamos deixar para quem virá decidir alguma coisa ou não estamos a fazer nada para decidir. Portanto, gostaria de fazer esta questão claramente, qual é o ponto de situação e também indicar, na sequência de algumas afirmações, que o PSD de Torres Novas se pronunciou no âmbito da discussão pública do

PDM, entregamos as nossas considerações, tal e qual como já o tínhamos feito na sessão da Assembleia Municipal específica para o caso.

Obviamente e à semelhança de tantos outros requerimentos que são apresentados na Câmara Municipal, não recebemos nenhuma notificação de entrega, não recebemos nada, não recebemos nenhuma resposta, nem a dizer que “consideramos”.

E volto a frisar dois ou duas ou três questões que consideramos de extrema relevância no âmbito do PDM, que tem a ver essencialmente e cada vez mais com a dificuldade na construção fora de aglomerados rurais. Há um limite de quarenta mil metros, mas agora também temos que ser agricultores, também temos que criar um ónus na nossa habitação durante dez anos, que não podemos vender.

Há outro ónus, fizemos e bem, garantimos uma distância de segurança dos aglomerados urbanos das nossas sedes de freguesia, mas dos aglomerados rurais não. No caso das suiniculturas, podemos ter uma suinicultura a dez metros das nossas casas, podemos ter um parque fotovoltaico a dez metros das nossas casas. Estas considerações foram apresentadas. Temos zonas industriais que vão permitir uma volumetria de quinze e vinte metros de altura em alguns locais predestinados, pura e simplesmente são crimes urbanísticos, permitam-me dizer assim. No final desta sessão, para não estar aqui a elencar, farei chegar à Mesa a própria consideração que fizemos no âmbito da discussão do PDM.

Outra questão que também me caracteriza, tem a ver com os relatórios das áreas de reabilitação urbana, vou só passar a ler.

Efetivamente, a título pessoal, foram enviados quatro, cinco relatórios ao vereador Tiago Ferreira, o vereador Luís Silva enviou isto, com a data de dezembro de 2024 e que referiam “desde 2014”. Foram cinco, seis relatórios e em todos eles há uma frase inicial que vou passar a ler:

“De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º-A do Decreto-Lei 307/2009 de 23 de outubro, cabe à entidade gestora das ORU’s, Operações de Reabilitação Urbana, em curso, neste caso, o município de Torres Novas, elaborar anualmente um Relatório de Monitorização, o qual deve ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal, devendo o mesmo ser objeto de divulgação na página eletrónica do município.”

São cinco relatórios feitos em dezembro de 2024, mas estão feitos, têm este parágrafo introdutório e continuamos a aguardar, mais que esses relatórios, a análise desses relatórios por parte do executivo venha a esta casa, para que possamos discutir aquilo que muitas vezes enchemos de palavras, reabilitação, habitação, mas depois quando é preciso fazer um ponto

de situação, quando é preciso avaliar o que temos que melhorar, fica tudo num limbo que consideramos que não é o adequado.

Portanto, meus Sr.es, agradeço que façam algumas considerações a estes dois assuntos.”

Mafalda Batista: “Está a chegar ao fim o mandato autárquico iniciado em setembro de 2021. Nesta Assembleia Municipal, foram quatro anos de trabalho intenso, de debate de ideias e de procura de soluções que melhor servissem a nossa comunidade.

Hoje é um dia de despedidas, mas também de gratidão.

Foi uma honra estar aqui ao serviço da nossa comunidade, quero agradecer em primeiro lugar aos eleitores que confiaram em nós, tudo fizemos para não defraudar as suas expectativas e honrar essa confiança.

Quero igualmente expressar o meu profundo reconhecimento a todos os membros desta Assembleia, independentemente das diferenças políticas ou da opinião, pelo contributo dado à vida democrática do nosso concelho.

A riqueza da democracia constrói-se no respeito, na diversidade de perspetivas e na vontade comum de servir os cidadãos.

Uma palavra especial de agradecimento ao Presidente da Mesa da Assembleia, pela forma como assegurou sempre a oportunidade de todos se expressarem e serem ouvidos, permitindo debates francos e abertos, umas vezes mais divergentes, outras vezes em convergência, mas sempre assentes no respeito pela opinião dos outros.

É nessa troca e partilha de ideias que a democracia nasce e se fortalece.

Quero ainda agradecer a todos os funcionários do município, aos serviços de apoio e a todos aqueles que, com dedicação, muitas vezes discreta, tornaram possível o nosso trabalho.

Finalmente, uma palavra especial aos munícipes que nos acompanharam, interpelaram e confiaram em nós, ao trazerem para esta Assembleia as suas preocupações e aspirações, elevaram a qualidade do debate político e reforçaram o verdadeiro espírito da democracia local.

Encerro este ciclo com o sentimento do dever cumprido e com a convicção de que todos procuramos, da melhor forma possível, honrar a confiança que nos foi atribuída.

Desejo a todos os presentes e a quem continuará este caminho os maiores sucessos.

Que a Assembleia Municipal permaneça sempre como a casa da democracia local, aberta, viva e próxima das pessoas.”

Diogo Lopes: “Trago a este PAOD um assunto além-fronteiras, mas que nos toca a todos.

Portugal reconheceu formalmente o Estado da Palestina no passado domingo. É um passo importante, que honra os valores da justiça e da solidariedade, mas que chega demasiado tarde para milhares de vidas já perdidas.

Desde outubro de 2023, dezenas de milhares de palestinianos foram assassinados. São vidas interrompidas cedo demais, famílias desfeitas e cidades reduzidas aos escombros.

Lembremo-nos que este foi, e continua a ser, o genocídio mais transmitido da história da humanidade, mas ao mesmo tempo também o mais ignorado.

Reconhecer a Palestina é mais do que diplomacia: é afirmar que não podemos compactuar com a barbaridade, que a justiça e os direitos humanos estão acima da indiferença. Mas não podemos ficar apenas pelas palavras. É preciso transformar este gesto em ação concreta como a exigência do fim imediato da violência, e garantir que o acesso humanitário entra.

Quero deixar também uma palavra de agradecimento à população de Riachos e de Torres Novas, que durante a Volta a Portugal juntou-se para erguer bandeiras da Palestina. Foi um gesto simples, mas cheio de significado. Mostrou que a solidariedade não é uma ideia distante, mas um valor que vive aqui, entre nós, que nasce da nossa terra e da nossa gente.

É este exemplo que deve guiar-nos. Porque se Portugal soube erguer a sua voz no reconhecimento da Palestina ainda que tardio e por pressão, também nós, em Torres Novas, temos o dever de erguer a nossa voz sempre que se trata de justiça e de dignidade humana.”

Nuno Cruz: “Permitam-me trazer a esta Assembleia um ponto de particular relevância, relacionado com a legalidade e legitimidade de atos praticados pelo município em final de mandato.

No passado dia 4 de setembro de 2025, foi proferido despacho que renovou a Comissão de Serviço de um chefe de divisão, com publicação em Diário da República a 18 de setembro. Esse despacho prevê o início de funções em 1 de dezembro de 2025.

Ora, como é do conhecimento de todos, as Eleições Autárquicas realizam-se a 12 de outubro, com a tomada de posse do novo executivo, a ocorrer entre finais de outubro e inícios de novembro.

Ou seja, temos perante nós, uma decisão tomada no limiar do atual mandato, mas cujos efeitos apenas se concretizam já sobre a vigência de um executivo legitimado por novo sufrágio.

Sem qualquer tipo de desqualificação ou crítica às capacidades da pessoa em questão, que não estão aqui a ser julgadas importa, no entanto, aqui recordar o enquadramento legal aplicável.

O artigo 6º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, que estabelece o Regime do Pessoal Dirigente da Administração Pública, atribui ao executivo municipal a competência para proceder a nomeações e renovações de comissões de serviço.

Contudo, não podemos ignorar o disposto no artigo 50º, nº 5 da Lei de 169/1999, 18 de setembro, atualmente integrada no regime jurídico das autarquias locais, que estabelece restrições à prática de atos de gestão em período pré-eleitoral, salvaguardando apenas a prática de atos de gestão corrente.

A jurisprudência administrativa tem sido clara, nos seis meses anteriores ao termo do mandato, a atuação do executivo deve limitar-se ao indispensável, evitando quaisquer decisões que possam condicionar a liberdade de ação dos órgãos futuramente eleitos.

Assim, a renovação de uma comissão de serviço que fixa a direção de uma divisão municipal por mais tempo, não se enquadra num ato de mera gestão corrente. Pelo contrário, trata-se de uma decisão estruturante em matéria de recursos humanos, que vincula o próximo executivo e pode configurar um ato anulável por violação das restrições legais aplicáveis.

Portanto, Sr. Presidente e Sr.es Deputados, perante o exposto, é legítimo questionar a validade jurídica do referido despacho e, acima de tudo, a sua oportunidade política.

Assim, solicito, em primeiro lugar que a Câmara Municipal esclareça perante esta Assembleia qual a fundamentação legal que sustentou a prática deste ato em período pré-eleitoral.

E, em segundo lugar, peço, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, a inclusão de um ponto nesta Assembleia Municipal para que a Assembleia se pronuncie sobre esta matéria. Observando, naturalmente, o princípio da legalidade deste ato, recomendando ao Executivo a revogação ou suspensão da eficácia do despacho, de modo a garantir que o executivo democraticamente eleito em outubro, é quem decidirá sobre a renovação ou não da comissão de serviço em causa.

Esta é, acima de tudo, uma questão de respeito pelo princípio da legitimidade democrática e de salvaguarda da autonomia do próximo executivo municipal.”

Presidente da Mesa: “Só ia pedir, então, que me ditasse qual é a proposta de ponto?”

Nuno Cruz: “O ponto de Recomendação à Câmara Municipal, de revogação ou suspensão da eficácia do despacho, de 4 de setembro de 2025, de Renovação da Comissão de Serviço de um cargo de chefia intermédio. “

Presidente da Mesa: “Não convém identificar o cargo de chefia?”

Nuno Cruz: “Estava a evitar identificar, exatamente para não criar aqui constrangimentos.”

Presidente da Mesa: “Portanto, será um ponto que terá como título a Recomendação à Câmara Municipal da Revogação ou Suspensão da Eficácia do Despacho de 4 de setembro de 2025, da Renovação da Comissão do Cargo de Chefia de Divisão.

Não quer identificar a divisão?”

Nuno Cruz: “Posso identificar, Chefe de Divisão de Contratação Pública e Património”.

Presidente da Mesa: Portanto, o PSD e CDS, em concreto, o deputado Nuno Cruz, teve a gentileza de me informar, quando cheguei, que tinha um ponto para introduzir, não houve tempo para me dizer o que era e expliquei em que termos regimentais é que isso podia ser feito e, teoricamente, pode ser feito.

O disposto no artigo 18º nº 3 do Regime Jurídico das Autarquias Locais refere que a discussão e votação, especialmente a votação, Antes da Ordem do Dia, pode discutir em princípio, podem substituir todos os problemas, a questão está na votação.

Portanto, a discussão e votação de propostas não constantes da Ordem do Dia, e não consta, das reuniões ordinárias, depende de deliberação tomada pelo menos por 2/3 dos seus membros. Portanto, 2/3 serão, neste caso, vinte e um membros, que reconheçam a urgência de deliberação sobre o assunto.

Portanto, em relação a este assunto, podemos tratar já disso ou deixamos para mais daqui a bocadinho? Acabamos as intervenções e depois já submeto à votação.

Portanto, serão necessários 2/3 de votação favorável para introduzirmos este ponto.

Se tivessem utilizado o procedimento que o Bloco de Esquerda utilizou com a Moção, utilizando os cinco dias de antecedência, era automaticamente aceite, sem qualquer problema, sendo em cima, necessitamos depois de fazer a votação.”

Rui Alves Vieira: “Nós hoje concluímos um ciclo autárquico de 32 anos que geriu verbas superiores a mil milhões de euros e creio que é legítimo afirmar que nunca houve e não voltará

a haver na história do municipalismo português, tanto dinheiro disponível para as autarquias como nos últimos 30 anos.

Obviamente que houve coisas bem feitas e prioridades bem definidas. Mas em Torres Novas houve outras tantas batalhas perdidas que, em última análise limitam a capacidade de motivação e mobilização do nosso espírito comunitário.

Mas teremos que continuar a enfrentar as batalhas que este ciclo autárquico não conseguiu resolver.

Não resolvemos a batalha da reabilitação e repovoamento do centro histórico e das aldeias, porque é certo que a quantidade de ruínas existentes continua a ser a marca de água do nosso centro histórico e de muitas das nossas aldeias.

Não resolvemos a batalha do comércio local.

Há dezenas de espaços comerciais devolutos e os que existem não têm a força necessária para ancorar a nossa vida comunitária e, por isso, temos uma cidade amputada.

Não resolvemos a batalha do ambiente urbano e da mobilidade suave.

As fórmulas para circular de carro ou circular a pé na cidade, continuam as mesmas de há mais de 20 anos. Caminhar em muitos locais de Torres Novas, é um exercício difícil, desagradável e muitas vezes perigoso.

Os nossos poucos espaços verdes urbanos são maltratados, os jardins da Avenida João Martins de Azevedo, Avenida Marginal, são hoje uma triste imagem de desmazelo e creio que não estou a exagerar.

O jardim das rosas, que não tem rosas, deveria ser o verdadeiro pulmão da cidade, é um jardim que tem muito pouco de acolhedor, é um espaço descontínuo, mal cuidado, onde entram anualmente cem mil automóveis, através de uma única rua medieval, a rua de Trás os Muros, e que serve diariamente de estacionamento a cem automóveis e que, neste momento, agora mesmo, está às escuras. Quem for aqui à frente da biblioteca tem que ver bem onde põe os pés porque está às escuras.

Também não resolvemos a batalha da higiene urbana e da recolha do lixo.

A limpeza e higienização das nossas ruas é deficiente e a recolha do lixo por todo o concelho é um problema estrutural que tende a agravar-se e necessita máxima atenção.

Também não ganhamos a batalha da defesa do património, de muito do nosso património histórico.

A preservação da nossa história torna todo o concelho mais torrejano e ajuda a criar espírito comunitário.

O painel de Gil Pais, da autoria de Jorge Colaço, dos anos trinta continua alegremente a degradar-se, contrariando a recomendação de especialistas da obra do artista e que deu origem a uma recomendação do Bloco de Esquerda, aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal e nunca cumprida.

Os painéis de azulejos da parede de suporte do largo do Passo e que são testemunhas de três ou quatro gerações também dos anos trinta, do século passado, encontram-se num lamentável estado de degradação.

A Fonte do Largo de Valverde, um dos mais antigos vestígios da nossa história, de que resta apenas o paramento com uma bica e onde está representado o escudo característico do reinado de D. Manuel, foi vetada ao total abandono e até a placa de bronze evocativa das Memórias da História desapareceu.

O Museu etnográfico é uma miragem e uma boa parte do seu espólio está abandonado num local, sem quaisquer condições de adequada preservação.

É certo que tenho referido com mais insistência o centro histórico e muitos dirão que Torres Novas é mais do que o centro histórico, mas também hão-de reconhecer que é aqui que está o coração da comunidade, e quando o coração está doente, toda a comunidade torrejana fica doente.

Mas há outros desafios com um grande nível de exigência que estão à nossa espera.

O rio Almonda e toda a sua bacia hidrográfica precisa de muito mais atenção técnica e política, desde a sua nascente até à sua foz, e no seu percurso urbano merece uma atenção redobrada que, na realidade nunca existiu.

A Fábrica de Fiação e Tecidos, adquirida pelo município em outubro de 2022 é cada vez mais paradigma do abandono e até da insalubridade, arrastando consigo um dos trechos mais bonitos do rio Almonda.

A Escola Artur Gonçalves, que será eventualmente reabilitada e a necessária realocação de mais de mil alunos, irá representar um significativo desafio num futuro próximo.

O Palácio dos Desportos, Helena Sentieiro, onde chove todos os invernos, sofre de problemas crónicos e, de acordo com as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara nesta Assembleia, necessita de um investimento de cerca de dois milhões de euros.

O Mercado Municipal, também de acordo com as palavras do Sr. Presidente da Câmara, necessita de um investimento de cinco milhões de euros.

A habitação pública com rendas acessíveis, que não é só um problema de Torres Novas, mas também um problema nacional, continuará a ser um dos grandes desafios e dos maiores desafios que iremos enfrentar.

O município, ao longo de todos estes anos, colocou no mercado de aluguer duas únicas habitações no centro histórico e foi por proposta do Bloco de Esquerda.

Nos próximos meses, espera-se que mais seis habitações públicas sejam colocadas no mercado de arrendamento. Muito pouco em tantos anos para um problema tão grande e complexo.

O Conservatório de Música, proposta do Bloco de Esquerda para ocupação dos antigos Paços do Concelho, irá certamente trazer à nossa comunidade dinamismo e criatividade e um espaço de referência no domínio da educação e da cultura, este desiderato deve ser considerado uma prioridade.

Nos últimos trinta anos, o projeto político do município alimentou-se de fora para dentro, sobretudo com o setor terciário das grandes superfícies comerciais, criando uma cidade que reflete os desequilíbrios dessa aposta.

A intervenção política pensa, muitas vezes, que as decisões que toma são a favor de tudo e nunca são contra nada e isso não é verdade.

A política tem que ter ponderação e espírito crítico e a nobreza de admitir o erro.

Por isso, será preciso uma enorme capacidade de diálogo, rigor e transparência nas decisões políticas do próximo ciclo autárquico. E se quisermos conquistar o futuro, precisamos de liberdade, cidadania e de uma sociedade civil forte.

Durante os 8 anos que tenho estado nesta AM, cumpro com dignidade, respeito e dedicação a função para o qual fui eleito. Fomos, algumas vezes, acusados de não tecermos muitos elogios à governação do PS. O nosso tempo é escasso de mais para elogios e esse não é o papel da oposição política. A nossa função é e continuará a ser, fazer uma análise crítica das propostas e a apresentação de alternativas que possam melhorar a vida das pessoas.

Foi neste contexto que nos últimos quatro anos, o Bloco de Esquerda apresentou doze Recomendações à Câmara, fez cento e vinte intervenções de fundo sobre diferentes pontos da agenda municipal e questionou formalmente a Câmara sobre diversos assuntos relevantes para a vida do concelho em quinze ocasiões diferentes. Assim, podemos afirmar, sem sobranceiras que fomos merecedores de todos e cada um dos votos que nos foram confiados.

Para mim, agora é o momento de dar lugar aos mais novos e dizer-lhes para ficarem atentos às falsas verdades com que somos diariamente confrontados e bombardeados e para não terem medo da democracia, porque com todos os seus erros e contradições, eu acredito que este

continua a ser o melhor espaço político da liberdade, da dignidade, da esperança e do respeito por um mundo melhor.

E a todos digo: Prestem atenção às coisas pequenas, porque a vida é feita de “pequenos nada”.

Neste fim de ciclo, há quem vá e há quem volte, haverá quem vá e volte. Eu não vou nem volto, mas enquanto houver estrada para andar, irei andar por aí.

A todos desejo as maiores felicidades públicas e privadas.”

Presidente da Junta de Freguesia de Assentis: “Quero agradecer a todos vós, colegas e parceiros que me ajudaram a ser o Presidente de Junta que consegui ser ao longo destes últimos doze anos.

Se me perguntarem se gostaria de ter sido melhor, respondo sinceramente que sim, gostaria. Mas cada passo, cada desafio, cada colaboração contribuíram para o caminho que percorri.

Quero também expressar um sincero agradecimento ao João Cassis, coordenador dos encontros entre juntas, a sua disponibilidade pelo trabalho incansável e, sobretudo, pela forma justa e equilibrada com que sempre defendeu todas as freguesias por igual.

Gostava que o João continuasse nesse trabalho, porque assim continuaria a haver aquela reunião entre juntas, que é salutar.

Acredito que juntos continuaremos a trabalhar pelo bem das nossas freguesias e das nossas populações, honrando sempre aqueles que nos precederam e que tanto deram à causa pública. É precisamente por esse sentido de compromisso que afirmo a minha intenção de continuar presente, de manter uma participação assídua, por isso, irei integrar novamente uma lista concorrente à freguesia de Assentis, o Grupo dos Independentes.

A todos vós, o meu sincero muito obrigado.”

José Santos: “Na qualidade de deputado municipal pelo Movimento Pela Nossa Terra, no decorrer das minhas intervenções nesta Assembleia, foi minha intenção e dever alertar o município para a resolução de inúmeras situações que no dia a dia afetam os cidadãos da nossa cidade, periferia, assim como, as nossas freguesias.

Apesar de não ter sido possível concretizar o solicitado neste mandato, nunca será demasiado alertar e voltar a pedir a quem for eleito que se conceba um plano para correção da densidade dos pombos que, às centenas, proliferam pela cidade, causando danos nos edifícios

particulares, monumentos públicos e conspurcando as ruas, pondo em causa a saúde pública de todos nós.

Em consequência desta situação, de igual modo, foi proposto a lavagem das ruas da cidade pelo menos uma vez por semana, tendo em conta a proteção dos residentes, dos poucos logistas da cidade e de quem nos visita.

Ponte do Lamego, necessária e urgente fazer nova ou restaurar, proporcionando condições de segurança naquela passagem sobre o rio Almonda, aos cidadãos que nos visitam e a residentes. Rua Miguel Arride, necessidade de regular o estacionamento que habitualmente é na faixa da rodagem, e com certeza não deve ser.

Também necessário e urgente, foi solicitada a pavimentação do parque da zona afeta aos vendedores no exterior do Mercado.

Apelou-se à revisão da política de conservação e marcação das estradas na cidade e freguesias, tornando-as mais seguras para os condutores e restantes utentes, demos como exemplo a Avenida dos Negrêus, má conservação e ausência de marcação. Disse-nos o Sr. Presidente da Câmara que teria novo projeto para a zona, então, mas se o projeto demora dez anos a concretizar? Esperemos que não, mantém-se a via naquelas condições.

Pedimos soluções para a Avenida Dr. Martins de Azevedo. Reparação de todo o piso que está bastante irregular, com situações em que a calçada tem muitas folgas e em alguns casos com paralelos a ficarem soltos, podendo originar perigo para automobilistas e transeuntes.

De novo, o alerta para esta mesma avenida, no entroncamento da rua 25 de abril com a rua do tribunal, em frente ao quiosque. Apelou-se a uma solução que evitasse os constrangimentos no trânsito, precisamente para quem vem da rua Dr. Martins de Azevedo, do poente para nascente, com o semáforo verde e quer virar para norte, para a rua do tribunal. Fica o trânsito no centro com bastante perigo de acidente.

Não poderíamos deixar de insistir na premência das medidas corretivas de velocidade para as acessibilidades extremamente críticas, no entroncamento da rua do Bom Amor com a variante do Bom Amor, no entroncamento da estrada da Sapeira com a variante do Bom Amor e cruzamento da Agrilója.

Faltam bermas adequadas para as pessoas, ciclistas e trotinetas, poderem circular em segurança.

Após terem colocado novo tapete nesta artéria, existe um número considerável de condutores de moto e automóvel que dão a ideia de estarem a fazer uma prova de velocidade num qualquer

autódromo, considerando ainda o ruído ensurdecedor dos escapes, lançando rateres, perturbando o sossego dos moradores e transeuntes.

Apesar desta via não pertencer ao domínio do município, sendo das principais entradas e saídas da nossa cidade, apelamos que se tomem as medidas necessárias para termos a PSP mais presente nesta variante, dado que nestes últimos tempos tem sido francamente pouco visível.

Já sabemos que existe o tal projeto em curso para a variante do Bom Amor, já é um princípio. Independentemente da existência do citado projeto, ficamos tristes porque este mandato vai findar sem que quaisquer medidas corretivas de abrandamento de velocidade tenham sido implementadas, nos pontos críticos já referidos.

Perguntamos, quantos mais mortos e feridos, bem como, danos materiais, vão ser precisos para se resolverem estes problemas.

Em relação às nossas freguesias, pede-se maior apoio futuro do município no sentido de proceder à concessão de antigas escolas para que sejam aproveitadas por associações sem fins lucrativos, criação ou recuperação de espaços verdes, onde os mais idosos e jovens poderão ocupar o seu tempo em diversas atividades.

A recuperação de ícones públicos, estradas, passeios e passadeiras, melhorando as acessibilidades, tornando os locais mais seguros.

Pede-se de igual modo ao município, que em sintonia com as juntas de freguesia façam o levantamento dos caminhos rurais de urgente recuperação, pois existem locais que nos dias de hoje são completamente inacessíveis a qualquer veículo.

Refiro, a título de exemplo, o mato na zona da encosta do Alvorão, existem caminhos rurais quase impenetráveis por veículos.

Também na zona da Ribeira Branca acontece o mesmo.

Quero com isto dizer que, para além de não permitirem passagem dos agricultores para desenvolverem a limpeza dos terrenos, também é completamente impraticável a passagem dos bombeiros em caso de incêndio.

Para não falar só em coisas negativas, aplaude-se o projeto Vila Bairro Móvel Digital, veio trazer alguma dinâmica à cidade durante uns dias, em locais até aí sem ninguém, a lembrar uma cidade fantasma.

Houve alguma música e atividades que trouxeram pessoas, pelo menos, a três locais importantes da nossa urbe.

Finalmente e para terminar, dirijo os meus cumprimentos democráticos a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Presidente da Câmara, Vice-presidente, deputados municipais, representantes do poder local, representantes dos partidos políticos e demais. Pessoas que permitiram que fizéssemos o nosso trabalho, sempre com o intuito de contribuir para uma saudável discussão dos problemas que afetam as condições de vida do povo de Torres Novas e freguesias.

O Movimento Pela Nossa Terra, na condição de lhe ser dada essa possibilidade pelo povo, espera do próximo mandato poder continuar a lutar democraticamente, para dotar a nossa cidade e freguesias de um conjunto de melhorias significativas, de modo a ser mais fácil e agradável viver no concelho de Torres Novas.”

Presidente da Mesa: “Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente, até por causa da questão dos pedidos de explicação, neste caso, do deputado Nuno Cruz, deu primeiro a explicação, entretanto decidiremos ou não se introduziremos o ponto.

Ia pedir a palavra para mim próprio, vou ali ao púlpito trinta segundos, só também para dizer outras coisas.

Para dizer o seguinte: Sou membro desta Assembleia há mais de vinte anos, há seis mandatos, salvo erro, e esta é a última Assembleia onde estarei nesta qualidade.

Dizer que foi uma honra para mim, foi uma experiência interessante durante estes vinte e tal anos, aprendi muito com todos, aprendi com os erros que cometi, porque também cometi erros, desse lado e na Mesa, mas fiz sempre o melhor que sabia e no momento.

Essencialmente, era para partilhar convosco este meu sentimento, de gosto e honra, que foi fazer parte desta Assembleia, desta casa, durante estes anos todos. Uma parte deles na bancada, outra parte na Mesa, não é fácil também estar na Mesa, não é fácil estar na bancada. Às vezes somos mal-entendidos, eu próprio também reconheço, posso ter cometido aqui e ali algum erro, e vamos aperfeiçoando, mas penso que o balanço geral é positivo destes anos todos.

Volto a repetir, aprendi bastante e foi uma honra pertencer a esta casa e estar aqui convosco, com todos os que aqui estiveram noutros momentos e com quem tive a oportunidade de, enfim, de conviver e de trabalhar.

Para mim, foi uma honra, nunca até hoje me incompatibilizei com ninguém desta Assembleia, nem dos atuais, nem dos anteriores. Isso é importante, há pouco, acho que era o Lucas Lemos

que dizia isso, é importante saber separar as coisas e, portanto, o essencial é separarmos uma divergência política das questões pessoais.

Volto a dizer, foi uma honra ter pertencido, ainda pertenço até ao final desta reunião, a esta Assembleia.”

Presidente da Câmara: “Fazer uma pequena introdução, já que é a minha última Assembleia Municipal, também como Presidente da Câmara.

Sou autarca há trinta e dois anos, muitas vezes, nos primeiros vinte anos, substituí o Presidente da Câmara, quando não podia estar presente, portanto, habituei-me a conviver com os deputados municipais, com os Presidentes de Junta de Freguesia, já vários passaram.

É assim uma coisa meio estranha, e vão compreender, para mim ao fim destes anos todos, estar nesta última Assembleia e, sobretudo, num momento tão especial como o que vivemos hoje, com a partida do nosso querido amigo Alfredo Antunes.

Nós ganhamos e reforçamos amizades, quem tem feitio para isso, penso que todos temos e acabamos, desculpem se exagero, quase somos família em determinadas alturas.

E o Alfredo, da forma como estava na vida, como encarava a vida, uma grande humildade, uma grande solidariedade, é uma figura que, já foi dito por todos praticamente, realmente inesquecível, é um excelente exemplo, um grande exemplo para qualquer ser humano.

Por isso, não podia deixar de o mencionar, das parcerias que fez comigo, da provocação que lhe fiz para ele ser Presidente de Junta de Freguesia, e pela forma como sempre trabalhou comigo, com todos, mas falo por mim e pelo bem que fez à sua freguesia e ao concelho.

Para a família, para a mulher, para o filho, para a filha, para o resto da família, um grande abraço de solidariedade.

Queria só chamar a atenção ao Nuno Cruz, não tinha o número do artigo, estou a chamar a atenção para eventualmente rever a posição. E porquê? Porque há uma Lei, que é a Lei 47/2005, que regula o que o Nuno Cruz acabou por dizer, que é as limitações nesta fase final de mandato, de poder ou não exercer a questão do poder ou da autonomia que o Presidente da Câmara em especial tem. Portanto, esta Lei 47/2025 diz que as “restrições” ou as interrogações que o Nuno Cruz pôs, são a partir do dia em que se realizam as eleições, neste caso, doze de outubro. Até doze de outubro, digo com toda a convicção, quem quiser pode ver a parte jurídica, a autonomia é total do Presidente da Câmara, não só neste caso, mas como noutro tipo de competências. Aliás, foi um assunto que várias vezes foi clarificado na Associação Nacional de Municípios, que me orgulho de fazer parte, ainda há pouco tempo se falou nisso

e, portanto, não tenha menor dúvida. Mas o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pode entender aprofundar ou pôr à votação na mesma, mas aconselho o Nuno Cruz e o partido que representa a aprofundar o artigo que estou a dizer.”

Nuno Cruz: “Naturalmente, temos conhecimento. Agora, independentemente disso e independentemente de poder ou não haver efetivamente a capacidade, o próprio artigo 24º da Lei 2/2004 permite que durante um período até noventa dias se mantenha em gestão corrente, portanto, a pessoa que neste momento está nomeada em comissão de serviço pode durante esse período de noventa dias, pode então ser renomeada novamente em comissão de serviço. Portanto, nem é tanto uma questão de vírgulas e pontos das leis, é sobretudo uma questão de estar a tomar uma decisão que vai influenciar um executivo seguinte.

No fundo, o ponto fundamental é esse.”

Presidente da Mesa: “Então, o Nuno Cruz quer à mesma tentar introduzir o ponto, nos termos do artigo 18º, nº 3 do Regimento, é assim, mantém? Portanto, atendendo à explicação do Sr. Presidente, quer que a Mesa submeta à votação da Assembleia a introdução ou não introdução do ponto, correto?

A votação que vamos fazer a seguir não é sobre o conteúdo do ponto, é sobre a introdução do ponto ou não. Vou ler o ponto e corrijam-me se estiver alguma coisa errada, seria o ponto com a seguinte redação: Recomendação à Câmara Municipal de revogação ou suspensão da eficácia do despacho de 4 de setembro de 2025, da renovação da comissão do cargo de Chefia da Divisão de Contratação Pública e Património, é isso?

Sendo assim, estão vinte e seis membros presentes, 2/3 serão dezoito, exatamente, vamos fazer a votação. Vou perguntar à Assembleia quem vota a favor da introdução deste ponto?

Temos quatro votos do PSD/CDS. Quem se abstém? Temos dois votos do Bloco de Esquerda e um da CDU. Portanto, o ponto não foi incluído.

Mais uma vez repito, nós vamos daqui a pouco votar uma Moção do Bloco de Esquerda que veio atempadamente, se tivesse vindo era automática.”

André Valentim: “Sr. Presidente, relativamente ao tempo, saiu no dia dezoito, portanto, não havia prazo para apresentarmos essa consideração formalmente, dia dezoito não conta, infelizmente, e se me permitirem, mais que uma questão de legitimidade ou não, penso que estamos aqui a falar de uma questão de ética, e tenho muita pena que nesta última Assembleia,

a resposta dada a este assunto pelo Sr. Presidente, e é muito sincero, sobre este assunto em particular, tenha sido esta, de é uma questão jurídica, de legitimidade democrática, mas que certamente independente das forças que estarão a governar o nosso município, vai condicionar efetivamente e daí este meu sentimento.”

Presidente da Câmara: “Só para dizer, quem está a gerir uma Câmara, e as trezentos e oito Câmaras deste país, têm a noção da responsabilidade da gestão até ao último dia, e “quem sabe o que é que está no convento é quem está lá dentro”.

Obviamente, se não houvesse competência da pessoa em referência para ocupar aquele lugar ou para continuar a ocupar aquele lugar, não estava em causa.

Há coisas que não consigo conceber, consigo conceber alterações que executivos que venham a seguir possam fazer, agora comprometerem ou ficar limitado quem está a exercer o mandato em pleno direito e eleito para tal até ao dia y, e não o poder exercer, julgando ou salvaguardando que a seguir podem pensar de outra maneira ou alterar. Têm todas as ferramentas, podem interromper, podem revogar, podem fazer tudo o que quiserem, mas por favor deixem a autonomia a quem está a assumir responsabilidades e que são muitas, desde o primeiro dia de mandato até ao fim, seja Câmara Municipal, seja Junta de Freguesia.

Agora continuando, tentar responder o mais rapidamente possível e agradecer a todos porque todos se pronunciaram também, como sendo a última Assembleia Municipal e fim de mandato para todos.

Queria agradecer as palavras do Lucas Lemos, algumas coisas, muitas, foram sendo sugeridas, propostas ao longo das várias Assembleias Municipais, muitas coisas ficaram por fazer, de certeza que ficaram, são coisas que ficam para quem vier a seguir, certamente não foi por desejo de não querer fazer ou então porque não havia possibilidade de fazer, por questões financeiras ou outras.

Portanto, há muitas limitações e só quem passa por estes cargos perceberá, de que o ótimo é inimigo do bom, e também lamentamos sempre, pelo menos eu lamento. E é raro também o papel da oposição, hoje vi aqui e agradeço as partes boas que entendem serem subscritas, mas por norma são só alertas para o que está mal e nada para aplaudir o que está bem, se calhar, é uma coisa que também tem que mudar na política do nosso país e a bem todos.

Em relação à intervenção do Júlio, da CDU e sobre o alargamento do estudo sobre os transportes a pedido, saneamento básico, sobre as escolas e as reflexões de qualidade, etc., houve uma coisa aqui que me chamou a atenção, a Ação Social sair mais.

Temos sido o município, não o Partido Socialista, é o município de Torres Novas, tem tido um galardão máximo a nível nacional como um bom serviço prestado em parceria com as IPSS e com o voluntariado, enfim, premiado há muitos anos com a Bandeira Verde e com outros prémios ligados à área social.

E agora para terminar, para continuar em dois anos e tal que faltam, temos a equipa do Radar Social que andam diariamente na rua, a fazerem levantamento de situações e procurar resolver situações. A Ação Social só para terminar, em relação ao Júlio, tem uma componente muito importante que é o silêncio e o sigilo.

Nós não podemos andar com um altifalante na rua ou na rádio local a dizer o que fazemos ou não fazemos em termos da Ação Social, mas que todos os dias apoiamos e recebemos pessoas que vão à Ação Social, podem ter certeza que sim.

Depois, vou deixar a questão do André Valentim, da revisão do PDM, das ARUS e das ORUS para o Vice-Presidente que está mais dentro do assunto do que eu.

Agradecer as palavras da Mafalda Batista e a todos os movimentos, quer o Movimento que representa, quer aos partidos aqui representados, todos merecem uma atenção especial.

O Diogo Gomes falou da Palestina, apetece-me dizer que acho que devia ter sido muito mais cedo, mesmo assim não resolve nada ainda, mas que é importante, sobretudo, um jovem que chame a atenção para isso.

O Nuno Cruz falou nesta questão, para quem quiser e agradeço que tomem nota, até para em casa verem, [e a Lei 47/2005, o artigo 23º, perceberão melhor em termos de legislação que fala sobre isso.

Rui Alves Vieira, fez uma abordagem que costuma fazer, sempre profunda, sobre as situações quer com uma visão mais alargada, quer com uma visão mais limitada. O Rui Alves Vieira, e muito bem, costuma chamar atenção para coisas que faltam fazer ou que estão menos bem.

Por exemplo, chamo a atenção para o centro histórico de Torres Novas e chamo a atenção para o meu primeiro mandato, estou há doze anos como Presidente de Câmara. O primeiro mandato em 2013 e a partir de 2013, como é que estava o centro histórico e como é que está agora, sofreu alterações muito profundas.

Não vale a pena agora elencá-las, basta circular pelo centro histórico e ver, tem havido grandes alterações, certamente as possíveis e também muito limitados pelos Fundos Comunitários. Há atrasos em Fundos Comunitários, há atrasos em concursos, enfim, há muitas limitações que espero que estejam ultrapassadas, espero firmemente que um novo executivo venha para a Câmara, é bom para todos.

Se calhar, não olhamos bem ou ainda não fomos a tempo com os painéis de azulejos, mas em património histórico também tínhamos muito a falar, de outros patrimónios históricos que temos mexido, evidenciado, aberto à população e utilizado para eventos culturais, também não vale a pena agora elencá-los todos.

A Fiação e Tecidos, por norma, os políticos e sobretudo os da oposição registam as coisas que são ditas e que são menos verdade, mas há uma grande verdade que disse em 2022, quando adquirimos o complexo da Fiação e Tecidos.

Para mim, foi uma das compras mais fabulosas que se fizeram, na minha opinião, no concelho de Torres Novas, pelo seu valor histórico, pelo património histórico que acabou de ser falado ainda há bocado e porque poderá ser uma segunda cidade dentro da cidade.

São três hectares e meio, que compramos a um preço muito bom, 700.000€, tinha sido anunciada a 4 milhões de euros na internet e conseguimos negociar com a banca para 700.000€.

Disse na altura, e queria sublinhar isso como Presidente de Câmara, que nem dois mandatos, se calhar, nem três mandatos, chegam para transformar tudo o que é a Fiação e Tecidos.

Temos um estudo, que encomendamos a uma empresa da especialidade e que posso facultar para que vejam, é um estudo prospetivo o desenvolvimento económico de Torres Novas e o estudo do modelo de gestão da TNFactory.

Este estudo lança desafios à Câmara para saber o que fazer daquilo, à Câmara e à população, esse desafio precisa ali de muitos milhões, certamente, tem vários pavilhões que vão custar muito dinheiro para serem reabilitados.

Por acaso, deliberamos em reunião de Câmara, há pouco tempo, a ocupação de um que tem a ver com a Cruz Vermelha Portuguesa, que está em Torres Novas. Irá sair da Casa Maria Lamas e serão os segundos a ocupar, já que há um jardim de infância, a Fiação e Tecidos, e não vão prejudicar o que se queira ali desenvolver.

Mas o próximo executivo tem realmente um grande desafio nas mãos, definir o que se vai fazer ali, o tipo de gestão que vai ser feito, etc.

As questões da Artur Gonçalves, do Palácio dos Desportos, do Mercado Municipal, nós temos projetos de estudo. Até há uma situação muito interessante que tem a ver com a escola Artur Gonçalves, que nem é da responsabilidade da Câmara, é da responsabilidade do Governo, porque é ensino secundário. Disseram para a gente avançar à vontade e avançamos, a Câmara agarrou em 75.000€ e pagou um projeto, aprovado pela DGEST, de 24 milhões de euros, à volta disso. Lançou o concurso, não pode adjudicar porque o Governo ainda não

disponibilizou a verba, nem a nós, nem a muitos municípios a nível nacional. É uma discussão enorme que está a haver entre a Associação de Municípios e o Governo, 1.300 milhões de euros que em março foram adjudicados pelo Governo ao Banco Europeu de Investimentos e que eram para as escolas.

Não sei, deixo ao Primeiro-Ministro a pergunta, como é que vai distribuir esse dinheiro, certamente para coisas que são importantes para o país, mas que certamente também foi desvirtuado que era em princípio para as escolas. Digo isto, nem é preciso coragem para dizer isto, é verdade e ficava-me atravessado na garganta se não o dissesse.

O Mercado Municipal, está um projeto em curso, espero que esteja concluído e que se consiga dinheiro no próximo mandato para uma grande obra de reabilitação do Mercado. Atamancamos, é o termo porque aquilo estava mesmo muito mal e fizemos operações de pintura, quem vai ao mercado já se apercebeu e que os comerciantes, felizmente, ficaram agradados para já com o que foi possível fazer.

Agradeço também as palavras do Leonel Santos, do nosso amigo José Santos também, e sobretudo saliento a questão da Avenida do Bom Humor que está nas mãos da polícia, mas é nas mãos da polícia por questões patrimoniais.

Portanto, a Infraestruturas de Portugal precisa de viabilizar o projeto que a Câmara se disponibilizou a fazer e depois a Infraestruturas de Portugal têm que arranjar dinheiro para fazer. Eles, entretanto, fizeram a pavimentação, calaram-nos um pouco a boca, mas não é bem aquilo que a gente quer, queremos até que seja desclassificado e seja uma avenida marginal de Torres Novas.

A ponte do Lamego, a rua Miguel Arnide, temos um problema de trânsito brutal a nível da cidade, não tem sido fácil resolver, não vai ser fácil resolver a curto prazo, grandes invenções que hajam, só um parque subterrâneo, não sei, ou as pessoas também se começarem a habituar a deixar o carro um bocadinho mais longe e aproveitarem espaços, que ainda há, como existe na avenida e noutros lados ou debaixo do viaduto. Claro que para irem até à Loja de Cidadão, há ali uma questão de metros que é um bocado complicado, mas ao fim do dia, se calhar, fazem bem à saúde e fazem uns quilómetros à volta da cidade, mas, pronto, cada um tem o direito de fazer o que quiser.

As antigas escolas, a maior parte delas já estão a ser ocupadas por associações a nível de todo o concelho, a Câmara sempre facilitou isso e registo também a questão dos caminhos rurais.”

Vice-presidente: “Só duas notas rápidas sobre dois assuntos levantados pelo Engº André Valentim, relativamente ao PDM. Penso que é sobejamente conhecido o ponto da situação, esteve em discussão pública de quinze a quatorze de julho, foram recolhidas centenas de propostas, sugestões e que estão em análise.

Portanto, os serviços estão a analisar essas centenas de propostas, sugestões e depois dessa análise será comunicado o que é aceite ou não é aceite. O mesmo será comunicado individualmente a todos, haverá situações que terão algo no relatório, pelo menos, ou individualmente ou através de relatório, será dado conhecimento público, como aliás todas as peças fundamentais do PDM são de conhecimento público. Existem prazos, neste momento o prazo está acordado com a CCDR, salvo melhor opinião e de quem tomar as decisões a seguir, aliás vocês e muito bem estavam preocupados em tomar decisões que possam condicionar quem vem a seguir, quem vier a seguir, há-de depois tomar e acertar essas situações com a CCDR. Neste momento, o prazo acordado com a CCDR é por imposição da CCDR, é para abril do ano que vem, é o que está conversado, agora, se entenderem outra coisa, terão que falar com eles e acertar novas datas.

Relativamente, a algum articulado que o André Valentim também referiu, sobre o Regulamento do PDM, o PDM tem dezenas, até penso que são mais de duzentas, são dezenas de páginas, depois cada artigo está subdividido, portanto, não sei agora aqui estar-lhe a discutir o ponto. Por exemplo, acho estranha essa questão das pecuárias, quando tivemos uma empresa, já há bastante tempo, que queria instalar uma produção de ovos em Torres Novas, uma grande empresa aqui da região, teria que ser afastado pelo menos quinhentos metros das povoações. Povoações pequenas, não é das grandes, depois há várias classificações, acho estranho que para a produção de ovos seja quinhentos metros, para as pecuárias, possa ser dentro da povoação, acho estranho, mas isso temos tempo ainda de melhorar, obviamente, mas pronto, só digo isto, acho estranho. Estou a falar de um caso concreto, agora essa situação, não sei onde ela está, de facto, às vezes há um encadear de articulado que é preciso ler vários artigos em conjunto para perceber, efetivamente, o que é que se está a definir, e o que é que está definido em termos de regulamento.

Relativamente às ARUS, ORUS. As ORUS, os relatórios de facto estão feitos já há bastante tempo.

Os relatórios careciam ainda de uma participação de outros serviços, foram enviados para outros serviços e que ainda não responderam.

A parte do Urbanismo está pronta e é isso que vocês têm, a outra parte, dos outros serviços ainda não está, por isso é que acabou por não chegar a ir a uma reunião de Câmara.

Também reforçar aquela questão de que não há renovação no centro histórico, há muita renovação no centro histórico, estes relatórios que têm aí já refletem essa renovação, tanto em obras de privado como em obras do próprio município. “ -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação e votação das atas das sessões anteriores (Nºs 3/2025, 4/ 2025).
- 2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021 - Freguesia de Assentis.
- 3 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021 - União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel.
- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021 - Freguesia de Chancelaria.
- 5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021 - Freguesia de Meia Via.
- 6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021 - União das Freguesias de Olaia e Paço.
- 7 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021 - Freguesia de Pedrogão.
- 8 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021 - Freguesia de Riachos.
- 9 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021 - União das Freguesias de Santa Maria, Salvador e Santiago.
- 10 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021 - União das Freguesias de S. Pedro, Lapas e Ribeira Branca.

11 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021 - Freguesia de Zibreira.

12 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de alteração ao Regulamento Municipal de Estacionamento do Almonda Parque.

13 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas para realização de eventos, requerida pelo Grupo Cultural e Recreativo de Carvalhal Pombo.

14 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de prorrogação de isenção de IMI (al. a), nº 2, art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais), requerida por Michael Joseph Filipe - processo n.º 19/2025/503.

15 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de prorrogação de isenção de IMI (al. a), nº 2, art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais), requerida por Michael Joseph Filipe - processo n.º 19/2025/505.

16 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de prorrogação de isenção de IMI (al. a), nº 2, art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais), requerida por Alexandra Lopes Neves - processo n.º 19/2024/156/0.

17 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de prorrogação de isenção de IMI (al. a), nº 2, art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais), requerida por Fernanda Maria Aires Ferreira - processo n.º 15/2022/277/0.

18 - Informações do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. -----

1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES

(NºS 3/2025, 4/ 2025)

Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, as atas nºs 3/2025 e 4/2025, das sessões realizadas em 23/06/2025 e 30/06/2025.

Submetidas as atas a votação, foram as mesmas aprovadas:

- Ata n.º 3/2025 da sessão de 23.06.2025, por maioria, com vinte e três votos a favor e três abstenções (Diogo Gomes, Manuel Júnior, Júlio Costa).

- Ata nº 4/2025 da sessão de 30.06.2025, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções (Diogo Gomes, Júlio Costa). -----

**2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS
2021 - FREGUESIA DE ASSENTIS**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 1).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Presidente da Câmara: “Apenas um esclarecimento. Isto é importante para a população também se aperceber que, desde o ponto dois ao ponto dez ou onze, tem a ver com a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, em que se corrigiu, em especial, o reforço de, todas têm, pessoal ao seu serviço, também apoiado pela Câmara, só que houve a alteração, felizmente, de aumento salarial e consta também nestas alterações essa diferença.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021, a celebrar com a Freguesia de Assentis. -----

**3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS
2021 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BROGUEIRA, PARCEIROS DE IGREJA E
ALCOROCHEL**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 2).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021, a celebrar com a União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel. ---

**4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS
2021 - FREGUESIA DE CHANCELARIA**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 3).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021, a celebrar com a Freguesia de Chancelaria. -----

**5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS
2021 - FREGUESIA DE MEIA VIA**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 4).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021, a celebrar com a Freguesia de Meia Via. -----

**6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS
2021 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLAIA E PAÇO**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 5).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021, a celebrar com a União das Freguesias de Olaia e Paço. -----

**7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS**

2021 - FREGUESIA DE PEDROGÃO

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 6).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021, a celebrar com a Freguesia de Pedrogão. -----

**8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS**

2021 - FREGUESIA DE RIACHOS

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 7).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021, a celebrar com a Freguesia de Riachos. -----

**9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS
2021 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA MARIA, SALVADOR E SANTIAGO**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 8).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021, a celebrar com a União das Freguesias de Santa Maria, Salvador e Santiago. -----

**10 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS
2021 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. PEDRO, LAPAS
E RIBEIRA BRANCA**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 9).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021, a celebrar com a União das Freguesias de S. Pedro, Lapas e Ribeira Branca. -----

**11 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS
2021 - FREGUESIA DE ZIBREIRA**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 10).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda ao Auto de Transferência de Competências e Recursos 2021, a celebrar com a Freguesia de Zibreira. -----

12 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DO ALMONDA PARQUE

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 10.09.2025 (Anexo 11).

Foram feitas as seguintes intervenções:

António Lemos: “Em relação ao regulamento, no artigo 22º Objetos Perdidos, há aqui um problema de português, “todos os objetos pertencentes a terceiros que forem encontrados abandonados serão depositados e devidamente registados...”, serão depositados onde? Não diz, são depositados, podem ser depositados até na minha casa, quer dizer “todos os objetos pertencentes a terceiros que forem encontrados serão depositados e devidamente registados, sendo entregues a quem provar a respetiva identidade.”

Está bem, mas são depositados onde? Devia dizer, “são depositados no departamento camarário, no sítio...” é uma coisa de português, falta-lhe aqui dizer onde é que eles são depositados.

Também no artigo 27º, e aqui é uma coisa mesmo de português, não se percebe o que quer dizer, no artigo 27º, nº 4, dizem, no ponto 2, “as contraordenações previstas nas alíneas do número anterior são puníveis com coima graduada de 30€ a 150€.”

No ponto 3, “sendo o infrator reincidente ou pessoa coletiva, o limite máximo de coimas referidas nos números anteriores pode ser elevado ao dobro”.

E depois no número 4, vejam se compreendem, porque não compreendo, diz: “Em caso de negligência ou tentativa, os limites das coimas são reduzidos para metade”, mas em caso de negligência ou tentativa de quê? Depois, “as coimas são reduzidas para metade”, então é negligente e mesmo assim reduzem a meio?

Queria que alguém visse este ponto 4 porque isto está mal escrito, percebo o que é que ele quer dizer, mas retifiquem porque isto é um erro de português.

Era só esta nota, isto é uma questão de português, houve aqui uma falha na transcrição.”

Diogo Gomes: “Sobre este regulamento do Almonda Parque, tenho de dizer que é um regulamento demasiado curto, e minimalista que, no fundo, não resolve os problemas que devia resolver.

Logo no artigo 3.º, fala-se em carros, mas também em motociclos, ciclomotores e bicicletas. Só que não existe qualquer adaptação para estes veículos à exceção logo na entrada do parque. Na prática, um motociclo com metade do tamanho ou até menos ocupa o mesmo espaço que um carro. Isto não faz sentido e é um desperdício de capacidade do parque e uma falha importante de organização e gestão de espaço.

Depois, no artigo 8.º, fala-se de estacionamento abusivo a partir dos 3 dias. Três dias gratuitos é claramente excessivo. Isto não é gestão de estacionamento, é permitir que o parque funcione como garagem de longo prazo, quando devia servir a rotatividade e o comércio local.

Outra questão, o mercado semanal. O regulamento ignora por completo a realidade de terça-feira, que é quando diversas pessoas precisam de estacionar perto do mercado. O piso superior deve ter regras especiais nesse dia, como há muito pedem os vendedores.

E ainda há um silêncio difícil de explicar: as infraestruturas de carregamento elétrico. Estão lá, e da última vez que lá passei apenas 2 lugares dos 4 disponíveis funcionavam, mas não aparecem no regulamento. Ora, não podemos falar de mobilidade e ignorar a transição energética. É estranho, e é um erro, não regulamentar o seu uso.

Por tudo isto, este regulamento fica muito aquém do que devia. O Almonda Parque tem a sua importância para o centro da cidade e para o mercado, não deve ser tratado desta forma minimalista. Assim, não vemos condições para apoiar este documento.

O Bloco de Esquerda vai votar contra.”

Presidente da Mesa: “Se me permitem, acho que não é preciso ir ali, mas se quiserem vou. Só dar aqui uma nota na questão que o Lucas Lemos colocou construtivamente, em relação à questão da tentativa da negligência. Qual é o meu entendimento jurídico, não fui eu que fiz nem sei quem fez, só para dizer o seguinte: há tratados, há teses de doutoramento de quinhentas páginas sobre a tentativa, sobre a negligência, sobre o dolo.

No caso de haver infração, há aplicação de uma coima e infração pode ser praticada a título do dolo, o que é que significa, há três tipos de dolo, dolo direto, necessário e eventual, há tratados de quinhentas páginas ou mil páginas, não interessa agora, é uma questão técnica.

Portanto, no caso de dolo, dolo é intenção, em termos criminais ao direito contraordenacional aplica-se subsidiariamente as normas de direito criminal.

O dolo é quando há intenção de praticar o ato, depois o dolo pode ser direto, necessário ou eventual, e o dolo eventual já quase que é uma negligência grosseira. Depois há situações em que é difícil até distinguir a fronteira entre a negligência grosseira e o dolo eventual, mas isto

já são questões técnicas, caberá depois aos juristas decidirem, se tiverem que pegar o regulamento e poderá haver recursos até para tribunal e um juiz poderá decidir isso.

Portanto, só para dizer, que o dolo é quando alguém pratica uma infração com intenção de praticar, existe a negligência que é quando alguém pratica uma infração sem saber que está a praticá-la, isso é negligência e existe a tentativa e há também tratados de direito sobre o que é que é a tentativa.

A tentativa vai desde os atos preparatórios até à própria infração, desde que não haja consumação, tudo é tentativa.

Pronto, estava só a dar uma explicação, não me parece que seja por aqui, isto é uma questão técnica, não é de português, é uma questão técnica ou jurídica.”

António Lemos: “Vamos lá, isto nem é uma questão técnica, isto é uma questão de português, como leigo, leio isto e não percebo o que é que está aqui escrito.

Venho aqui dizer, ponham isto legível, mais nada, quer dizer, em caso de negligência, mas negligência de quê? De tentativa de quê? Quer dizer, se for negligente ou se fizer uma tentativa, reduzem uma dívida para metade, isto em português é que está mal, é só isso que digo.

Não tem a ver com termos técnicos, tem a ver com puro e simples português, é só uma correção.”

Presidente de Mesa: “Não tive intervenção nenhuma nisto, nem sei quem fez, não faço ideia, mas só para dizer que no Código Penal e no Regime Geral das Contraordenações, etc., essa redação está lá noutros artigos. É mais grave praticar uma infração com dolo, do que com negligência, e daí haver essa beneficiação, a tentativa é a mesma coisa, é a não consumação de um crime ou de uma contraordenação, neste caso, estava só a tentar ajudar a perceber. “

Presidente da Câmara: “Obviamente, que vai haver votação, mas este documento teve um período de audição, teria sido melhor nessa altura apresentarem as coisas, ninguém se pronunciou no período legal em que esteve para consulta.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção (CDU) e vinte e oito votos favoráveis dos restantes membros, aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Estacionamento do Almonda Parque. -----

**13 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS,
REQUERIDA PELO GRUPO CULTURAL E RECREATIVO
DE CARVALHAL DO POMBO**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 10.09.2025 (Anexo 12).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas para a realização de eventos, requerida pelo Grupo Cultural e Recreativo de Carvalhal do Pombo. -----

**14 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMI (AL. A), N.º 2, ART.º 45º DO ESTATUTO
DOS BENEFÍCIOS FISCAIS), REQUERIDA POR MICHAEL JOSEPH
FILIPE - PROCESSO N.º 19/2025/503**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 13).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação da isenção de IMI do prédio urbano em causa - processo n.º 19/2025/503, ao abrigo do disposto na al. a), do n.º 2, do art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, requerida por Michael Joseph Filipe. -----

**15 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMI (AL. A), N.º 2, ART.º 45º DO ESTATUTO
DOS BENEFÍCIOS FISCAIS), REQUERIDA POR MICHAEL JOSEPH FILIPE -
PROCESSO N.º 19/2025/505**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 14).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de IMI do prédio urbano em causa - processo n.º 19/2025/505, ao abrigo do disposto na al. a), do n.º 2, do art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, requerida por Michael Joseph Filipe. -----

16 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMI (AL. A), N.º 2, ART.º 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS), REQUERIDA POR ALEXANDRA LOPES NEVES - PROCESSO N.º 19/2024/156/0

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 15).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação da isenção de IMI do prédio urbano em causa - processo n.º 19/2024/156/0, ao abrigo do disposto na al. a), do n.º 2, do art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, requerida por Alexandra Lopes Neves. -----

17 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMI (AL. A), N.º 2, ART.º 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS), REQUERIDA POR FERNANDA MARIA AIRES FERREIRA - PROCESSO N.º 15/2022/277/0

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 02.07.2025 (Anexo 16).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação da isenção de IMI do prédio urbano em causa - processo n.º

15/2022/277/0, ao abrigo do disposto na al. a), do n.º 2, do art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, requerida por Fernanda Maria Aires Ferreira. -----

**18 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO À CÂMARA
MUNICIPAL, SOBRE A “UTILIZAÇÃO DE FOGO DE ARTIFÍCIO
SILENCIOSO”, APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA**

Rui Alves Vieira: Esta Moção é uma posição que algumas cidades portuguesas já estão a tomar e outras por essa Europa fora, estão a tomar.

Não sei se a Moção será ou não aprovada, mas se não for hoje, podem ter a certeza que um dia ela será aprovada em qualquer Assembleia Municipal.

Há cidades que já o estão a fazer e prende-se com a utilização de fogo de artifício silencioso.

Há locais por esse país fora onde provavelmente nunca irá acontecer, os madeirenses nunca irão querer fogo de artifício silencioso, mas os tempos são outros e as coisas têm que mudar.

Vou ler a Moção, que creio que a Assembleia terá lido, mas as outras pessoas que nos escutam e, para a posteridade, porque isto fica gravado.

Irei agora ler a Moção que nós propomos e que creio que é uma boa forma de terminar este mandato:

“As celebrações de efemeridades e momentos de animação popular são muitas vezes acompanhadas por espetáculos de foguetes e fogos de artifício. Estes espetáculos podem ser uma tradição de alegria para a maioria das pessoas, mas apresentam relevantes preocupações sociais e ambientais.

Os fogos de artifício convencionais são muito perturbadores para animais, crianças, idosos, pessoas com sensibilidades sensoriais, pessoas com deficiências mentais. O distúrbio sonoro cria grande ansiedade e medo para estes grupos, tornando momentos emblemáticos e de partilha comunitária, em momentos de exclusão e de desconforto.

O barulho dos fogos de artifício tradicionais pode, facilmente, ultrapassar os 120 decibéis, muito para além do nível de segurança auditiva de 85 dB, colocando riscos de perda auditiva.

Crianças, pessoas do espectro do autismo, vítimas de traumas e outras pessoas com sensibilidades sonoras, são extremamente afetadas pelo intenso e prolongado ruído dos espetáculos de fogo de artifício, sendo assoladas com profundas reações de desespero, medo e sobrecarga sensorial.

Para os animais, cuja audição tende a ser mais apurada do que a dos seres humanos, estes momentos são de verdadeiro pânico: animais domésticos fogem, magoam-se ou desenvolvem problemas de saúde, assim como os animais silvestres, também apoderados por intensas reações instintivas de fuga, de violência e de choque, alguns mesmo falecendo numa situação de grande ansiedade e/ou de perigo.

Coloca-se ainda a vertente ambiental. Um foguete é composto por um conjunto de compostos poluentes, posteriormente queimados e libertados no ar.

A concentração de químicos gasosos como o dióxido de enxofre e óxidos de nitrogénio, de partículas respiráveis como o PM10 ou o PM2.5, e de íons solúveis em água, traduzem-se na deterioração da qualidade do ar e da água.

Essa exposição à poluição química e de partículas associa-se a graves efeitos de saúde, sobretudo ao nível do sistema respiratório, mas também situações de demência, alterações cognitivas e emocionais.

Cada vez mais cidades têm apostado em alternativas ao fogo de artifício tradicional, preservando momentos de espetáculos de grande beleza, enquanto respondem aos desafios ambientais e sociais. A passagem de ano 2024/2025 em Quarteira, teve um relevante destaque mediático porque, pela primeira vez, realizou um espetáculo de fogo-de-artifício com um tipo de pirotecnia especial que não emite barulho de estouros associados aos foguetes. Loulé teve um espetáculo multimédia, à semelhança de muitas cidades internacionais que animam as noites de celebração com espetáculos de *videomapping*, de lasers e outras formas de expressão artística através de tecnologia.

Tendo a Câmara Municipal a competência sobre a emissão de autorizações de lançamento de fogos de artifício e de licenças de ruído e, também na qualidade de organizadora de eventos no concelho, é relevante considerar as implicações sociais, ambientais e de saúde perante o uso de fogos de artifício convencionais.

As celebrações devem ser momentos de inclusão e de consideração pelos outros, zelando pelo seu bem-estar e segurança, sem perder a essência das datas e dos espetáculos.

Assim, a Assembleia Municipal de Torres Novas, reunida no dia 23 de setembro de 2025, recomenda à Câmara Municipal:

1. Considere a utilização de fogos de artifício de baixa intensidade sonora nos eventos municipais, ou substituindo os espetáculos de pirotecnia com espetáculos multimédia;

2. Imponha as condições expressas no ponto 1 em todos os cadernos de encargos para a contratualização de entidades externas na organização, promoção e concretização destes eventos municipais.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção (CDU) e vinte e oito votos favoráveis dos restantes membros, aprovar a Recomendação de Utilização de Fogo de Artifício Silencioso. -----

19 - INFORMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE **A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foram distribuídas a todos os membros a informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade desta, a informação da situação financeira do Município, a análise económica financeira do Grupo Municipal 2024 e a relação dos processos judiciais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta os pontos 1. a 18. da ordem de trabalhos. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas vinte quatro horas, da qual se lavrou a presente ata que, após aprovação, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Mesa, José Manuel Paulo Trincão Marques:

Assinado por: **JOSÉ MANUEL PAULO TRINCÃO
MARQUES**
Num. de Identificação: 07397277
Data: 2025.10.28 14:34:32+00'00'

1ª Secretária, Maria da Luz Marques Lopes:

2ª Secretária, Maria do Rosário Marques Luís:

Assinado por: **MARIA DO ROSÁRIO MARQUES LUIS**
Num. de Identificação: 08596814
Data: 2025.11.04 11:49:19+00'00'
